

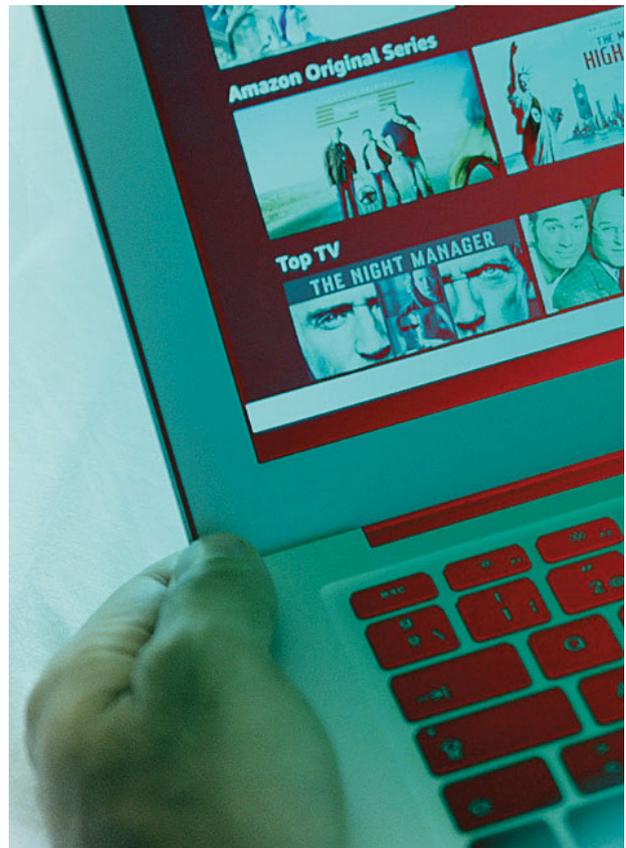


A SOMBRA DA PIRATARIA

O streaming e o IPTV tornaram-se, nos últimos dois anos, nos novos monstros do roubo de conteúdos, com mais de 150 mil utilizadores recorrentes e a provocarem dezenas de milhões de euros de prejuízos em Portugal. O problema da pirataria, que parecia relativamente controlado, está outra vez a assombrar empresas, empregos e até os cofres do Estado

Texto Rui da Rocha Ferreira Foto D.R.

Portugal tem um problema de pirataria. Na última semana de outubro de 2019, os portugueses pesquisaram mais no Google por um serviço específico de acesso ilegal de conteúdos – cujo nome a *Exame Informática* opta por não revelar – do que pesquisaram pelo Netflix, o maior e mais popular serviço de streaming de séries e filmes. Apesar de ter sido um momento pontual, a procura pelo ilegal e pelo legal teve, ao longo desse ano, valores sempre muito semelhantes. Os dados, acessíveis na plataforma Google Trends, são um indicador da prevalência que a pirataria de conteúdos tem junto dos portugueses. Tudo torna-se ainda mais claro com um outro facto: entre janeiro e novembro de 2019, os sites que disponibilizam, de forma ilegal, séries, filmes e outros conteúdos receberam um total de 834,7 milhões de visitas de utilizadores portugueses. O número, revelado agora em primeira mão, é da Muso, empresa britânica de análise ao fenómeno da pirataria. O problema da distribuição ilegal de conteúdos é comum a vários países, mas manifesta-se de forma mais grave em Portugal: em média, cada utilizador de Internet português fez, no ano passado, 120 visitas a sites de pirataria – quando a média europeia é de 85,7 visitas por utilizador. Conclusão? Em Portugal, a média de acessos a plataformas com conteúdos piratas é 41% superior à média da União Europeia, revela a Muso à *Exame Informática*. O fenómeno tem vindo a evoluir nos últimos anos: se no início da década passada imperavam os downloads diretos através de sites ou partilhas por torrents, hoje são o streaming e a distribuição por IPTV (transmissão de televisão sobre o Protocolo da Internet) os fenómenos que atualmente mais preocupam as associações que representam produtores e autores, operadores de telecomunicações e empresas de conteúdos. «A pirataria por IPTV é um fenómeno complicadíssimo que põe em causa todo o ecossistema do audiovisual», considera Paulo Santos, presidente do Movimento Cívico Antipirataria na Internet (Mapinet) e diretor da Federação de Editores De Videogramas (Fevip) e da Associação para a Gestão De Direitos De Autor, Produtores e Editores (Gedipe). No IPTV, a pirataria funciona da seguinte forma: um criminoso pega nos conteúdos de diferentes canais e produtores de TV para os distribuir na Internet, bastando que o recetor tenha uma smart TV, uma box com o sistema operativo Android ou um smartphone. Depois, através de uma aplicação, tem-se acesso a milhares de conteúdos ilegais. Uma vez montado este circuito, os piratas ficam em condições de fazer negócio. «Alguns estão bastante profissionalizados e têm um apoio ao cliente que funciona na hora, por incrível que pareça»,



sublinha Paulo Santos a propósito da dimensão que o crime está a atingir. «Já são verdadeiras empresas», acrescenta.

OS MILHÕES PERDIDOS

Fonte de uma empresa de conteúdos portuguesa, que preferiu não ser identificada, é muito clara na análise que faz à pirataria por streaming e IPTV. «A pirataria já não é um fenómeno amador, é um fenómeno profissionalizado e que quem o faz sabe que é monetizável, transformou-se num negócio, já é um crime que gera dinheiro». Paulo Santos, da Mapinet, avança um número, resultado de um estudo interno, que mostra a dimensão do problema: em 2019, a distribuição e o acesso ilegal a conteúdos multimédia fez as indústrias criativas perderem 110 milhões de euros em Portugal. «E estou a ser muito conservador», acrescentou logo de seguida. Entre as empresas mais afetadas pelo fenómeno da pirataria via IPTV estão os operadores de telecomunicações. «É sempre difícil quantificar uma atividade que é



sites que permitem descarregar vídeos ou músicas de plataformas como o YouTube. Além do tamanho da atividade criminosa e das perdas geradas, há outro ponto no qual o mercado está em sintonia: é preciso fazer mais no combate à pirataria de conteúdos, ainda que todos admitam que não há uma “bala” única para acabar com o problema. A Apritel, por exemplo, considera que «tem havido uma evolução positiva, mas não suficiente, com vista a um combate mais célere e eficaz, maioritariamente a nível judicial. Precisamos de medidas mais cautelares, ágeis e rápidas e não de processos judiciais que demorem vários anos a conhecer um desfecho». O secretário-geral diz que a associação está disponível para estreitar relações operacionais com a Procuradoria-Geral da República, a Polícia Judiciária (PJ), a Inspeção-Geral das Atividades Culturais e a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica. «[O IPTV] É um crime de acesso ilegítimo, branqueamento de capitais, associação criminosa, há aqui já situações do ponto de vista criminal muito complexas. E pela sua complexidade envolve a necessidade de intervenção dos órgãos de polícia criminal, nomeadamente a PJ», salienta por seu lado Paulo Santos. A *Exame Informática* contactou a Polícia Judiciária para saber mais sobre o fenómeno de combate à pirataria de conteúdos em Portugal, mas não obteve resposta. Sabe-se é que, muitas vezes as fontes primárias dos conteúdos piratas estão no estrangeiro, o que obriga a uma cooperação internacional para o desmantelamento de redes de IPTV. O efeito é capilar: quando se “puxa a ficha” num destes centros de distribuição, utilizadores de vários países ficam sem acesso aos conteúdos ilegais. Em setembro de 2019, uma mega-operação da polícia italiana, em conjunto com outros cinco países europeus, fechou uma rede de IPTV que alimentava cinco milhões de acessos ilegítimos um pouco por toda a Europa, inclusive em Portugal. «Isto não é um tema de curto prazo, é um tema de longo prazo, é um tema de educação das gerações futuras e isso sim, preocupa-me muito», lamenta a fonte da empresa de conteúdos. Os dados são alarmantes: um estudo publicado no final de 2019 pelo EUIPO revela que os jovens portugueses estão entre os que mais acedem a conteúdos ilegais: 34% admitiram fazê-lo, o que coloca Portugal na quarta posição num ranking de 28 países. São números como este que vão levar a Apritel a apostar num reforço da sensibilização para o tema com campanhas de comunicação nas escolas e meios de comunicação. Além disso, em 2020 será também transposta a nova diretiva europeia dos direitos de autor e «podem ser pensadas diferentes soluções legislativas que contribuam para o combate eficaz a este fenómeno [da pirataria]», revela Pedro Mota Soares. Depois de uma fase em que a pirataria parecia estar relativamente controlada, por via de um memorando de entendimento entre várias entidades portuguesas, em 2015, para o bloqueio de sites que disponibilizam conteúdos de forma ilegal – um estudo, de 2017, apontava mesmo para uma quebra de 70% no acesso a estes sites –, a evolução tecnológica trouxe novos paradigmas de consumo e ao mesmo tempo novas oportunidades para os criminosos. A sombra da pirataria está de volta, mas os mais afetados pelo problema não vão baixar os braços. Para Paulo Santos, o cenário é claro: «Ainda há muito para fazer e tem de haver um grande empenhamento, do setor privado e das entidades públicas.»

ilegal. Os levantamentos a que temos tido acesso indiciam que a penetração de pirataria é significativa e que rondará os 500 mil utilizadores recorrentes», estima Pedro Mota Soares, secretário-geral da Associação dos Operadores de Comunicações Eletrónicas (Apritel), em resposta por email. É entre os 500 mil utilizadores recorrentes que se encontram 156 mil subscritores de pirataria por IPTV, acrescenta Mota Soares, citando um estudo do Instituto Europeu de Propriedade Intelectual (EUIPO). A Apritel estima um impacto na cadeia de valor do audiovisual (que abarca atores, produtores, técnicos, distribuidores, operadores, etc), que poderá situar-se «entre os 145 e os 368 milhões de euros». E além dos operadores, ressalva Pedro Mota Soares, «o Estado português também perde muitos milhões de euros em receita vinda dos impostos». Com base nos números estimados para o impacto da pirataria, essa perda poderá situar-se entre os 66 e os 166 milhões de euros, refere a Apritel.

RESPOSTA, PROCURA-SE

Segundo dados da Muso – que tem clientes em Portugal, mas não revela quais –, o streaming, no qual se inclui o fenómeno do IPTV, é o método mais popular para aceder a conteúdos ilegais (56%), seguido pelos downloads web (21%), torrents (17%) e stream rippers (6%), estes últimos